

Escândalo do livro escolar: Carmelita Namashulua continua Ministra e GCCC sem novidades do inquérito

- É como se nada tivesse acontecido. Milhares de dólares foram gastos na produção do polémico livro de Ciências Sociais da 6ª classe, cujos erros ditaram a sua retirada das escolas. Milhões de crianças ficaram prejudicadas, o País perdeu dinheiro e prestígio, mas a nível político não houve nenhuma responsabilização. Foram sacrificados técnicos, mas a Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, a responsável máxima pelo escândalo, continua no cargo.



Carmelita Namashulua

Poucos dias depois da apresentação dos resultados do inquérito aos erros cometidos no livro de Ciências Sociais da 6ª classe, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) anunciou abriu um inquérito para examinar todos os procedimentos seguidos na produção do livro, nomeadamente a contratação, aquisição, importação, revisão e distribuição. “Caso haja indícios e provas de ter havido corrupção, será instaurado um processo-crime, a fim de responsabilizar os infractores”, indicou uma fonte do GCCC citada pelo jornal Notícias¹.

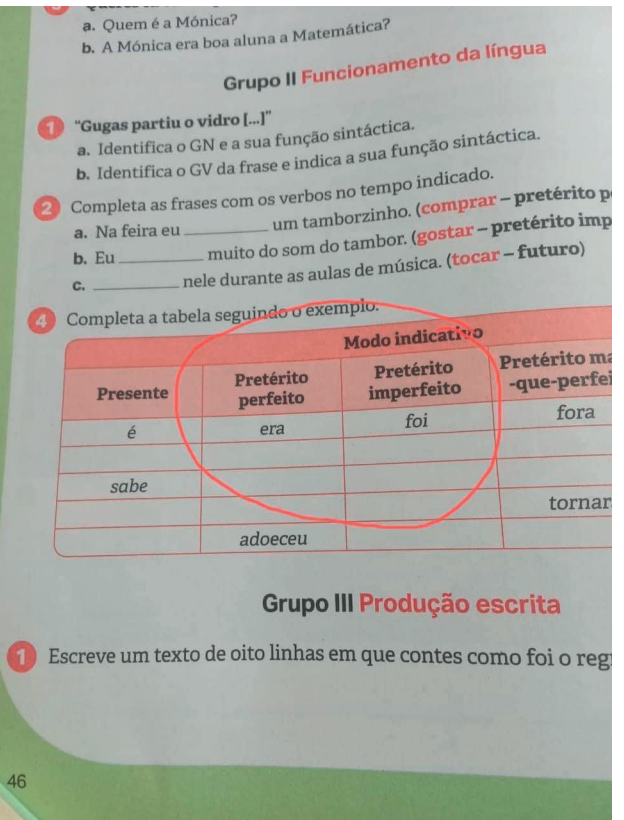
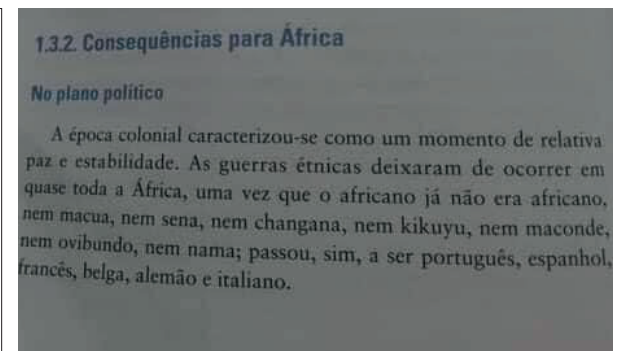
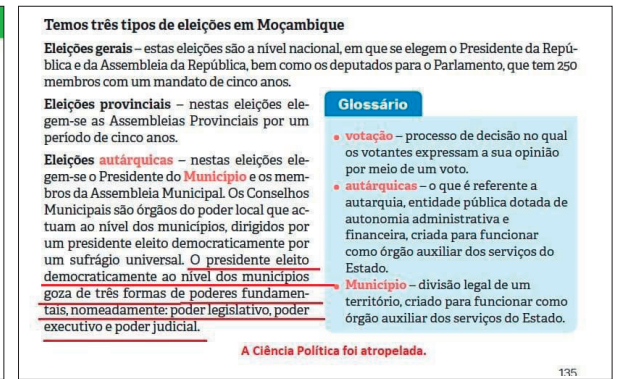
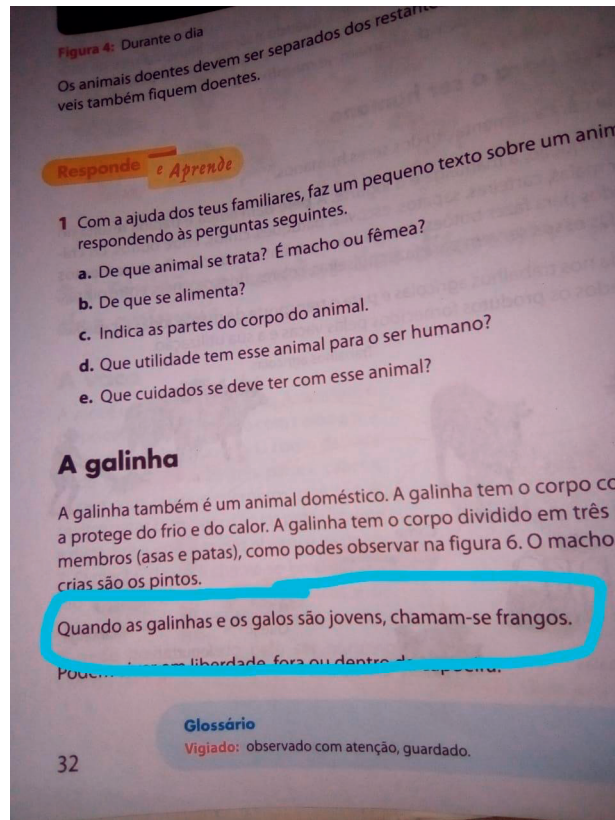
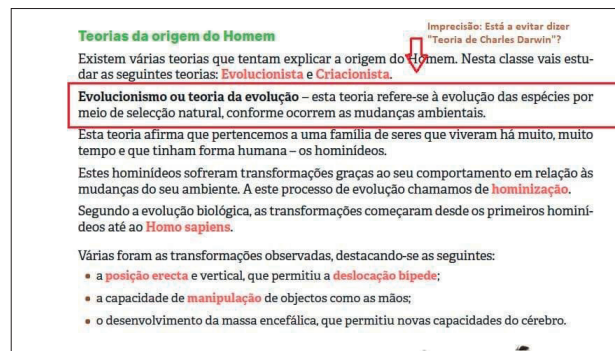
Um mês depois deste anúncio ainda não há informação sobre o inquérito ao escândalo do livro escolar que está a prejudicar o processo de ensino e aprendizagem de milhões de alunos do Sistema Nacional de Educação. A nível político continua a não haver a necessária responsabilização: a Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano continua no cargo como se nada tivesse acontecido.

Em condições normais, Carmelita Namashulua deveria ter colocado o seu lugar à disposição logo que eclodiu o escândalo dos erros no livro de Ciências Sociais da 6ª classe. É o mínimo que deveria fazer, sendo a responsável máxima do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Não o tendo feito, cabia ao Presidente da República exonerar Carmelita Namashulua do cargo de Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, dada a gravidade do escândalo. Nem uma nem outra situação aconteceu.

Nos termos do número 1 do artigo 6 do Diploma Ministerial n.º 84/2016, de 23 de Novembro, que fixa o Regulamento de Avaliação do Livro Escolar, cabe ao Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, sob proposta da Comissão de Avaliação do Livro Escolar, aprovar um livro para ser adoptado e usado no Sistema Nacional de Educação. Isto significa que, em última instância, a responsabilidade pelos erros cometidos no manual de Ciências Sociais da 6ª classe recai sobre a Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano.

Mas no lugar de assumir responsabilidades políticas, Carmelita Namashulua fez uma coisa pior: chamou para a si a responsabilidade de apresentar os resultados da Comissão de Inquérito criada para investigar os erros cometidos nos manuais do ensino primário. Como Ministra, ela não tinha participado da Comissão do Inquérito e, logicamente, não tinha como ser porta-voz daquela entidade.

Um dado curioso é que a Comissão de Inquérito responsabiliza todos os actores en-



volidos na produção do livro escolar, menos a Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano. Por exemplo, a Comissão de Inquérito diz que os livros de Ciências Sociais da 5ª e 6ª classes foram aprovados pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE) sem que tenham sido observadas todas as fases de avaliação previstas nas cláusulas contratuais. Das cinco fases previstas, foram observadas apenas três no processo de elaboração do livro em causa².

Segundo apurou a Comissão, a prova dos livros foi feita pelo INDE, Departamento de Gestão do Livro Escolar e Materiais Didáticos e pela Direcção Nacional do Ensino

Primário, enquanto deveria ter sido feita pelos consultores contratados para o efeito. Em contrapartida, as três instituições (INDE, Departamento de Gestão do Livro Escolar e Materiais Didáticos e pela Direcção Nacional do Ensino Primário) não cumpriram com o seu mandato, nomeadamente reportar os erros constatados, o que configura “negligência e falta de profissionalismo”³.

“O relatório dos consultores que foram contratados para a avaliação dos livros foi assinado pelo vice-presidente da Comissão de Avaliação do Livro Escolar (CALE) que é, igualmente, director-geral do INDE. O relatório devia ter sido assinado pelos consultores

¹ <https://www.noticiasominuto.com/pais/2024045/gabinete-contra-corrupcao-investiga-erros-em-livro-escolar-mocambicano>

² <https://opais.co.mz/negligencia-e-falta-de-profissionalismo-culpadas-pelos-erros-no-livro-de-ciencias-sociais/>

³ <https://opais.co.mz/negligencia-e-falta-de-profissionalismo-culpadas-pelos-erros-no-livro-de-ciencias-sociais/>

contratados e algumas unidades orgânicas do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). A Porto Editora, responsável pela produção dos livros, também é apontada como culpada, por ter dispensado os serviços de revisão científica e por não ter acatado as recomendações feitas pelos consultores⁴.

Entretanto, a Porto Editora negou quaisquer responsabilidades pelos erros cometidos no livro de Ciências Sociais da 6ª classe, afirmando que não foi responsável pela sua edição. A editora portuguesa reconheceu que desde 2003 tem estado a editar vários manuais escolares para o sector da Educação de Moçambique, mas no caso particular do livro de 6ª classe foi contratada como consultor editorial na sequência do novo modelo para elaboração dos livros escolares decidido pelo Governo moçambicano⁵.

A Comissão de Inquérito, cujos integrantes nunca foram apresentados publicamente, recomendou a suspensão do Director-geral do INDE, Ismael Nheze, da Directora Nacional do Ensino Primário, Gina Guibunda, do Chefe do Departamento do Livro Escolar e Materiais Didácticos, Fabião Nhabique, e da Secretária Executiva da CALE. E mais: recomendou a instauração de processos disciplinares contra os visados por incumprimento dos seus deveres e negligência na gestão do processo de avaliação do livro escolar, sem prejuízo do processo criminal⁶.

À principal responsável pelo sector da Educação em Moçambique, nomeadamente a Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, a Comissão de Inquérito não recomendou a sua exoneração do cargo ou outra medida disciplinar. Talvez seja por isso mesmo que Carmelita Namashulua chamou a si a responsabilidade de apresentar os resulta-



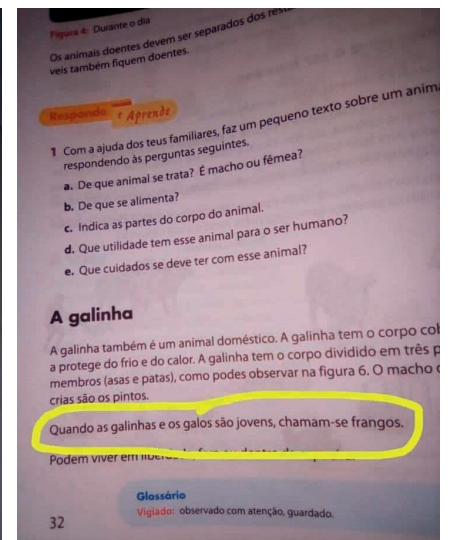
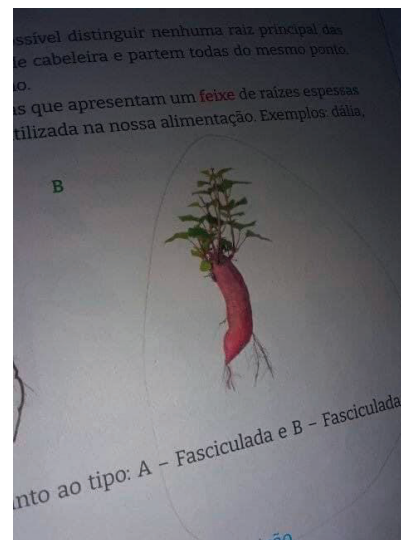
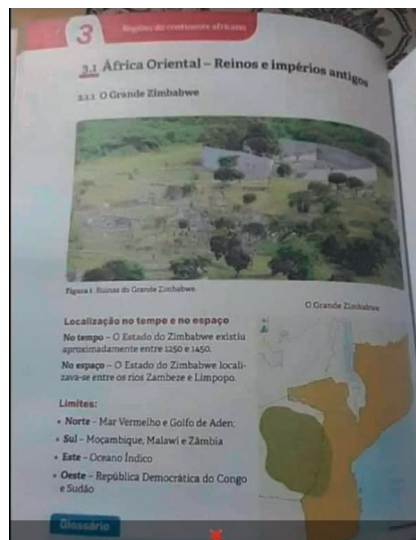
Decomposição de números naturais até 1 000 000 000, em centenas, unidades de milhar, dezenas de milhar, centenas de milhar, dezenas de milhões e centenas de milhões.

Observa

Por extenso	Número	
Oito milhões, oitocentos e vinte novecentos mil e trezentos e quarenta e seis	8 829 346	8 000 + 90
Vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e oitocentos e setenta e quatro	25 461 874	20 000 + 80
Trentos e oitenta e cinco milhões, cento e vinte nove mil e setecentos e sessenta e um	385 129 761	300 000 + 50

Relaciona os números e a sua respectiva decomposição:

872 512	10 000 000 + 2 000 + 7 000
5 261 438	800 000 + 70 000 + 300



dos do inquérito, colocando-se em situação de conflito de interesses. Mas este comportamento não incomodou o Governo liderado por Filipe Nyusi, que mantém confiança na Ministra.

Além de ter “desresponsabilizado” a Minis-

tra da Educação e Desenvolvimento Humano, a Comissão de Inquérito não disse quem é que vai ressarcir o Estado pelos prejuízos incorridos em todo o processo de produção de milhares de exemplares do livro de Ciências Sociais da 6ª classe.

⁴ <https://opais.co.mz/negligencia-e-falta-de-profissionalismo-culpadas-pelos-erros-no-livro-de-ciencias-sociais/>

⁵ <https://www.publico.pt/2022/06/22/sociedade/noticia/ministerio-educacao-mocambique-responsabiliza-porto-editora-erros-graves-livro-ensino-primario-2010898>


⁶ <https://opais.co.mz/negligencia-e-falta-de-profissionalismo-culpadas-pelos-erros-no-livro-de-ciencias-sociais/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

